A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

nº 144 | julho – agosto de 1980 | ano XV

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Neste Número:

O Terrorismo é Inseparável do Regime Atual

Os atentados terroristas destes últimos meses são produtos da crise do regime militar. Apesar de que surgem em certas áreas desse regime, refletem sua completa decomposição política.

Os generais viram-se obrigados a mudar-lhe a forma conservando o conteúdo. Geisel deu os primeiros passos e Figueiredo junto com Golbery trataram de concretizar as mudanças. Desde logo, o projeto da "abertura" revelou-se como simples arremedo de democracia, voltado fundamentalmente para assegurar a continuidade do sistema antinacional e antipopular. O governo acena com a normalização democrática, mas as medidas propostas levam a fortalecer o plano de institucionalização de regime repudiado pelo povo. Acaba de anular as eleições de 15 de novembro e prorrogar mandatos de prefeitos e vereadores como se estivesse na época do AI-5, fugindo a uma derrota inevitável e visando a mais largo prazo preparar o terreno para a eleição indireta do futuro Presidente. Apronta-se para barrar ao Legislativo a reconquista de prerrogativas que lhe foram usurpadas pelo Executivo, quando do período de exceção. Aplica sistematicamente a legislação fascista contra os trabalhadores e as massas populares. Os parlamentares são enquadrados em dispositivos penais ao criticar militares truculentos e ao denunciar suas tramas criminosas.

Nessa empreitada, Figueiredo-Golbery encontram forte oposição. O descontentamento se generaliza em vasta escala, tanto mais que a crise economica se aprofunda como decorrência da orientação adotada, que serve principalmente às multinacionais e ao capital financeiro internacional. Crescem as exigências democráticas, intensificam-se as lutas dos trabalhadores, desenvolve-se o movimento de contestação ao regime militar. O projeto governamental está empacado. Não conta com o apoio de amplas forças políticas e sociais. Já hoje é inexpressiva a maioria de que o governo dispõe no Parlamento. E seus intentos de dividir para reinar fracassaram. ▶

Mas Figueiredo acha-se também acuado por setores de seu próprio "pano de fundo", com propósitos ultrareacionários. É evidente que o projeto governamental provém do conjunto do regime, com o beneplácito norte-americano. Mas certo número de generais, em posições importantes no comando de tropas, não confiam muito nos métodos de Figueiredo-Golbery. Temem que não consigam deter e desviar o potente movimento democrático em ascenção. São fascistas notórios, furiosos anticomunistas, serviçais da reação e do imperialismo. Por isso, intervém a cada momento nos acontecimentos em curso. Na greve dos metalúrgicos do ABC, Mílton Tavares e companhia saíram à cena por sua conta e risco para esmagar o impulso paredista. O mesmo fez o coronel Costa Neto, em Minas Gerais. Antônio Bandeira passou todo o tempo rosnando no Rio Grande do Sul. O governo nada fez contra eles. Bem ao contrário, Figueiredo veio a São Paulo passar um dia todo em companhia do seu "amigo de 50 anos", o asqueroso Mílton Tavares. Agora eles voltam à carga outra vez. Segundo denúncia do deputado Tourinho, são os planejadores da Operação Cristal, que atua em faixa própria e não se detém ante os piores crimes. Tornaram-se os principais instigadores do terrorismo.

Todo mundo sabe que os atentados vêm da direita, são orientados e organizados em altos escalões das Forças Armadas. Seus executores pertencem à denominada área de segurança nacional que outra coisa não é senão o aparelho repressivo da ditadura, de torturadores e assassinos de presos, de idealizadores de planos macabros contra os adversários políticos. Este aparelho se conserva intacto e muitos dos bandidos que nele atuavam - capitães, majores e coronéis - foram promovidos. Como disse o general Dilermando, assassino confesso dos comunistas da Lapa, o aparelho foi apenas desativado e seria acionado (o que está acontecendo) a qualquer momento. Mas o governo e seus prepostos, para estabelecer a confusão e atacar os setores mais conseqüentes, propagam que os atentados podem ser da esquerda ou de "elementos radicais sem nenhuma ideologia".

Tentando capitalizar a repulsa geral ao terrorismo, Figueiredo saiu a campo a ver se se fortalece politicamente e se alcança dispersar e desmoralizar a oposição. Ele tem noção de que tais atos visam fomentar um clima de intimidação às correntes oposicionistas. Apoiado nessa intimidação, busca paralizar suas iniciativas e forçá-las a aceitar, como mal menor, o encaminhamento dado às questões de reformulação do Sistema. Diz que as bombas estão caindo sobre sua cabeça, posa de vítima de uma conspiração de bastidores. Conclama à união em torno do governo, quer que cessem as críticas contundentes, que se evite a todo custo a luta democrática e popular. Esta seria a única alternativa para a situação atual. Finge-se indignado com os atentados terroristas... No entanto, o que ele deseja é a conciliação e a capitulação dos opositores. Conciliação com que finalidade? Acaso para desbaratar os centros da reação e do fascismo? Para garantir amplas liberdades para o povo? Para modificar em profundidade a política social, econômica e financeira desastrosa? Não, isto ele não fará jamais. Ele é uma peça do Sistema e serve incondicionalmente ao Sistema. A conciliação pretendida é para ajudar a manter e a institucionalizar o regime militar, defender o monopólio do poder político em mãos da oligarquia fardada e conservar a mordaça das leis de exceção.

A fim de justificar o chamamento à união nacional em torno do governo, declara demagogicamente condenar o terror. Viu-se forçado, ante a repulsa generalizada, a dizer que vai identificar e punir os terroristas

que ele sabe quem são e onde estão. E aí o carro pega. Qualquer tentativa nesse terreno, mesmo superficial, é bloqueada pelos generais fascistas que não admitem sejam tocados os executores de suas ordens. Cria-se, deste modo, um ambiente de crise política. Se Figueiredo não pune (por enquanto ele está punindo justamente os que denunciam os terroristas, como é o caso do deputado Tourinho) ele se desmascara e se isola. Se punir, choca-se com os antigos parceiros de caserna e dos serviços de informação do Exército. Não se pode assim descartar a possibilidade de uma evolução no sentido de um golpe. Mesmo porque, com o crescimento da luta democrática e desde que o governo não solucione o impasse político nem contorne as dificuldades econômicas (com uma inflação ao nível de 110%) a idéia de substituí-lo por outro general qualquer estará presente na cabeça dos "gorilas" e de seus amos.

O povo brasileiro, já experimentado na luta contra a ditadura, não se deixará envolver nos quiprocós entre seus inimigos. Opõe-se à conciliação com o governo e aos golpes fascistas. Os fatos demonstram que o regime militar precisa efetivamente ser derrocado, e poderá sê-lo pela ação das grandes massas. Enquanto durar, maiores serão os sacrifícios exigidos à nação e constantes as ameaças de brutais violências contra os trabalhadores e o povo. O terrorismo é inseparável desse regime. A hora é de desmascarar os generais de dentro e de fora do governo, em particular os conspiradores golpistas. De exigir, através de um amplo e vigoroso movimento de massas, a punição dos terroristas da direita, onde quer que eles estejam, de reclamar a dissolução dos aparelhos militares e para-militares da repressão. Um grande movimento nesse sentido poderá mobilizar largos setores da opinião pública para frustar os manejos fascistas e fazer avançar as forças democráticas. A hora é também de luta do proletariado e das massas populares pelos seus direitos e interesses vitais, em ligação com o combate por uma Constituinte livremente eleita e por um governo democrático e de unidade popular.

Não se vencem as maquinações fascistas com a passividade ou a tolerância, nem somente depois de concretizadas. Muito menos, conciliando e se retraindo. Impõe-se atacá-las de frente e desde logo. O proletariado e as grandes massas das cidades e do campo, aliados às correntes democráticas, hão de vir às ruas e participar ativamente da luta contra o terrorismo de direita, contra a lei de segurança, contra a inflação e a carestia, contra o regime militar. Os generais não são tão fortes como aparentam. Estão bastante desgastados e marcados como inimigos jurados da democracia e do povo. Se os brasileiros responderem com firmeza os atos reacionários e aventureiros desses lacaios do capital estrangeiro, o tiro poderá sair pela culatra. Suas tentativas de maior despotismo podem se transformar numa vasta e irreprimível convulsão popular antifascista.

EM DEFESA DO PARTIDO, DOS SEUS PRINCÍPIOS MARXISTAS-LENINISTAS, DA SUA LINHA POLÍTICA E DA SUA UNIDADE INQUEBRANTÁVEL

Reuniu-se o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil para fazer um balanço das Resoluções de março deste ano, que vinham sendo discutidas em todo o Partido.

A intervenção de abertura da reunião, feita pelo camarada Ivo, demonstrou que a atividade fracionista e liquidacionista do Comitê Regional da Bahia e da Estrutura/1 de São Paulo prosseguia e passava a uma nova etapa - a da luta aberta e pública contra o partido da classe operária. Estes dois Comitês, desmascarados em seus intentos cisionistas pela Resolução de março, quebraram todos os vínculos que os ligavam à vanguarda proletária e se desmandaram na ação provocadora e diversionista. Ao mesmo tempo, quatro membros do Comitê Central que, desde há muito, atuavam como os principais instigadores e dirigentes do trabalho fracionista no Partido tiraram a máscara de simples divergentes. Eles também romperam com todos os princípios partidários e se entregaram à pérfida tarefa de caluniar o Partido e tentar, de público, desmoralizá-lo e amesquinhá-lo. Objetivamente, esses elementos servem à reação e ao imperialismo. Colocam-se numa posição de inimigos de classe do proletariado revolucionário.

Mas a reação do Partido não se fez esperar. Todos os Comitês Regionais (com exceção de um que até agora não tomou decisão) e a grande maioria de militantes se mobilizou na luta contra os fracionistas, denunciou suas táticas fraudulentas, seu trabalho conspirativo e desagregador, suas manobras de bastidores visando solapar a unidade do Partido.

As decisões tomadas pelo Comitê Central correspondem aos sentimentos do Partido em seu conjunto. É o que dizem as mensagens, resoluções e cartas enviadas à direção, uma parte das quais publicamos nesta edição de A CLASSE OPERÁRIA. As medidas adotadas apóiam-se no centralismo-democrático, nos Estatutos do Partido, nos princípios leninistas que regem a vida partidária.

Todavia, a vigilância revolucionária nas fileiras do Partido não deve cessar. Os fracionistas usarão de novos engodos para ver se conseguem abrir brechas na organização. A tarefa deles é se confundir com os comunistas e intitular-se dirigentes, empenhar-se no ataque ao Partido e à sua direção. Desmascará-los até o fim é o nosso dever.

O Partido se robustece quando se livra dos oportunistas de direita ou de "esquerda". A resposta que se lhes deve dar é passar à ação, com mais entusiasmo ainda, para cumprir os objetivos de nossa orientação.

Resolução do Comitê Central Sobre a Atividade Fracionista na Direção do Partido

1. - Juntamente com a atividade do grupo fracionista e liquidacionista surgido em São Paulo (E/1) e na Bahia, o Comitê Central examinou a conduta antipartidária de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo, membros da direção central do Partido. Estes elementos, desde há muito, haviam-se constituído nos principais fomentadores da cisão e dos ataques ao Partido e à sua direção, coordenando sua atuação dentro e fora do Comitê Central, erigindo-se num centro dirigente paralelo ao Comitê Central. Fazendo-se passar por divergentes e partidários da democracia interna, conspiraram contra a unidade do Partido e

violaram na prática a disciplina e os princípios básicos da organização.

2. - A atividade antipartido de Marcelo vem já de longa data. Após a queda da Lapa, em dezembro de 1976, e a reconstituição da direção do Partido no exterior, Marcelo tentou recrutar camaradas de base e de organismos intermediários para criar um novo Comitê Central, em oposição ao organismo dirigente em exercício. Mais tarde, com a convocação da VII Conferência Nacional do Partido, elaborou junto com Ulisses e Geraldo uma verdadeira plataforma direitista e liquidacionista que enviou à Conferência, tentando promover a confusão ideológica e política e solapar a unidade do Partido. Rechassado na Conferência, esse documento serviu de base, durante certo tempo, ao trabalho antipartido em São Paulo (E/1) e na Bahia. Mais adiante, em íntima ligação com T. (em plena atividade antipartidária), Marcelo tornou público documento de discussão interna no Comitê Central entregando-o para publicação na imprensa não partidária. Vinculado à E/1 de São Paulo, serviu-se desse organismo para, através dele, atacar o Partido e sua direção. As intervenções que pronunciava no C.C., todas elas de fundo antipartidário, eram entregues a esse organismo para imprimir e distribuir entre militantes e simpatizantes. Por conta própria, Marcelo escreveu vários artigos na imprensa "alternativa", contestando a orientação do Partido e dando indicações políticas que não correspondiam à realidade nacional nem à linha traçada pelos órgãos dirigentes Em todas as reuniões que participou do Comitê Central, a posição de Marcelo foi de completo descaso pelo organismo a que pertencia, ao qual não reconhecia qualquer autoridade, mas que nele se mantinha com fins e propósitos desagregadores, visando desmoralizá-lo e desmerecê-lo junto aos militantes e amigos do Partido. Nesse organismo era porta-voz, e ao mesmo tempo co-autor, das proposições fracionistas da E/1, de São Paulo, e do Comitê Regional da Bahia. Como membro do Comitê Central, ao invés de atuar coletivamente para fazer avançar o trabalho do Partido e fortalecer sua direção, investia contra o mesmo de forma ignominiosa e caluniosa. Destacado para representar o Partido e defender seus interesses numa empresa de divulgação, sua atividade caracterizou-se pela não aplicação das diretivas partidárias. Sob sua direção, essa empresa transformou-se num centro de irradiação de idéias e posições contrárias às do Partido. Depois de aprovado o documento sobre a tática do Partido, no qual se recusou colaborar, Marcelo deu novos passos no caminho divisionista. Atacou publicamente a linha do Partido, defendendo opiniões falsas elaboradas conjuntamente com seus parceiros de atividade fracionista, procurando desnortear o movimento de massas e as forças aliadas, em detrimento do prestígio e da influência do PC do Brasil.

3. - A atividade antipartidária de Marcos data principalmente da época de seu retorno ao país. Integrante da direção central no exterior, quando iniciou realmente sua função dirigente, suplente que era do Comitê Central, demonstrou insegurança e vacilações na defesa do marxismo-leninismo e da linha partidária. Sustentou idéias maoístas contestadas no documento ACERCA DA LUTA ANTIIMPERIALISTA. Na VII Conferência Nacional apoiou, em boa parte, os poucos elementos que defendiam as posições do documento direitista e liquidacionista de Marcelo, alinhando-se com eles nos ataques ao centralismo democrático. Ainda na Europa, expressou opiniões incorretas a respeito do movimento comunista mundial que explicitou, de certo modo, no prefácio de um livro de sua autoria. Ao regressar ao país, Marcos aliou-se desde logo aos elementos que atacam o Partido pretendendo transformar seu caráter de classe, seus princípios leninistas, sua orientação estratégica e tática. Passou a apoiar a atividade fracionista da E/1, de São Paulo, e do CR da Bahia. Após a reunião de março, que desmascarou a atividade desagregadora em curso, Marcos, indo em socorro dos fracionistas, decidiu por

conta própria e contra deliberação do CC criar um pretenso Comitê Regional do Rio de Janeiro, em oposição à Comissão de Reorganização do Partido nesse Estado, para levar adiante a luta antipartido e para apoiar as teses defendidas pelo grupo cisionista e liquidacionista de São Paulo e da Bahia. Repudiado esse seu intento, passou a distribuir, em nome do inexistente Comitê Regional do Rio de Janeiro, um documento insultuoso ao Partido, documento que ele se encarregou de transmitir a outros regionais, em particular ao da Bahia, que o reimprimiu e divulgou em vários Estados. Este ato, após a resolução de março do CC, que exigia a cessação de toda atividade fracionista e paralela no Partido é uma flagrante violação da disciplina partidária. Depois da reunião de abril do Comitê Central, que formulou em traços gerais a tática do Partido, Marcos, em reunião pública na Bahia, atacou a orientação do CC, e sua intervenção foi transformada pelos fracionistas em esquema de discussão distribuído aos militantes do Partido na região e enviado a outros Estados. Aprovada em definitivo a redação do documento sobre a tática, Marcos prosseguiu na prática fracionista, defendendo de público opiniões contrárias à orientação do Comitê Central. Recentemente, por ocasião da reunião da SBPC, juntamente com Marcelo, atacou desabridamente a linha do Partido, negou a existência da vanguarda proletária e propalou a tese da união de várias correntes supostamente marxistas-leninistas para formar o Partido da classe operária no Brasil. Revelando suas propensões social-democratas, Marcos recomendou o ingresso de militantes comunistas no chamado Partido dos Trabalhadores, contrariando decisões do órgão dirigente do PC do Brasil.

4. - Atuando de comum acordo com Marcelo e Marcos, Otávio tem defendido no Comitê Central a ação dos fracionistas da Bahia e de São Paulo. Membro do Comitê Regional da Bahia, Otávio é coparticipante direto da atividade desenvolvida por esse Comitê contra a unidade do PC do B. Sua responsabilidade é ainda maior por ser membro do Comitê Central, a quem incumbe a defesa da orientação partidária, dos princípios e normas que regem a vida do Partido. Ultimamente, em concordância com as posições de Marcelo e Marcos, que passaram ao ataque público ao Partido e à sua linha política, Otávio deu uma entrevista a um órgão de imprensa não partidário, na qual se apresentou como "dissidente" e em aberta oposição à tática aprovada pelo CC. Pregou também, nos mesmos termos, as idéias daqueles elementos acerca do denominado Partido dos Trabalhadores. Sua entrevista é um rompimento público com o Partido, uma adesão formal e clara à linha fracionista que ele vem sustentando há muito tempo.

5. - Quanto à atividade de Paulo, membro do CC, tem idêntico caráter da de Marcelo, Marcos e Otávio. Aliado a estes três elementos, atuou como autêntica fração dentro do órgão dirigente do Partido, defendendo o cisionismo, amesquinhando o esforço partidário. Na região em que atua empenhou-se em criar um centro antipartido, sendo um dos principais responsáveis pela tentativa de Marcos em organizar o pretenso Comitê Regional do Rio de Janeiro. Participou da elaboração do documento de criação desse suposto Comitê Regional, documento de ataques, os mais grosseiros, ao Partido e à sua direção. Após a reunião de março do CC, Paulo negou-se a defender a resolução aprovada e dedicou-se por inteiro à tarefa de visitar os camaradas que ele conhecia, de realizar reuniões com elementos de distintos organismos, tratando de convencê-los a sabotar o trabalho de reorganização do Partido naquela região. Estabeleceu ainda contato com pessoas simpatizantes ou militantes do Partido em outro Estado, atacando o Comitê Central distribuindo materiais antipartidários e pedindo que os mesmos fossem distribuídos nesse Estado.

6. - As atividades antipartido de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo não se limitam aos fatos aqui apontados. Têm ca

ráter mais amplo. Estes fatos, porém, caracterizam perfeitamente o sentido desagregador, dissolvente e nocivo de tais atividades, que refletem concepções estranhas ao proletariado, de perigosas conseqüências. Semelhante comportamento é incompatível com a condição de membro do Comitê Central.

7. - Face à atividade antipartido de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, zelando pela unidade e pela preservação dos princípios revolucionários que regem a organização de vanguarda do proletariado, decidiu excluí-los do órgão dirigente do Partido, de acordo com o artigo 21º dos Estatutos. Esta destituição dos cargos que ocupavam se deve não às opiniões divergentes que possam ter tido, mas à ação cisionista e liquidacionista que praticaram e continuam praticando. O Partido não admite semelhante conduta em seu órgão dirigente, responsável, perante o conjunto dos militantes, pela coesão de nossas fileiras e pela defesa de sua linha revolucionária. Aos Comitês Regionais dos lugares onde atuam tais elementos incumbe acompanhar suas atividades, exigir subordinação incondicional às decisões do Partido e aplicar as sanções previstas nos Estatutos.

8. - O Comitê Central chama, uma vez mais, os militantes do Partido a manter ativa vigilância de classe contra as atividades fracionistas e desagregadoras, em defesa da unidade e do fortalecimento do Partido. O grupo fracionista que operava no seio do Comitê Central e em estreita união política e ideológica com o Comitê Regional da Bahia e a Estrutura/1, de São Paulo, desvinculou-se inteiramente dos princípios partidários e tende a ingressar na trilha da provocação política. Preparam-se para lançar-se numa ação diversionista de molde a confundir a opinião pública e desacreditar o Partido. Impõe-se, assim, desmascará-los até o fim.

Agosto de 1980

O Comitê Central do PC do Brasil

Resolução do Comitê Central Sobre a Atividade Fracionista do Comitê Regional da Bahia

Ao Partido Comunista do Brasil na região da Bahia

O Comitê Central, baseado no artigo 22º dos Estatutos do Partido e na opinião amplamente majoritária dos Comitês Regionais e do conjunto do Partido em todo o país, decidiu por unanimidade dos membros presentes à votação, em sua última reunião plenária, destituir os membros do atual Comitê Regional da Bahia por atividade antipartidária que viola a disciplina e as normas estatutárias.

Em conseqüência dessa decisão, resolveu ainda reorganizar a direção do Comitê Regional da Bahia, indicando o assistente do Comitê Central nesse Estado para, juntamente com camaradas do Partido na região, recompor a referida direção. Os atos da direção regional, reconstituída, serão oportunamente submetidos à apreciação da Conferência Regional.

O Comitê Central chama todos os militantes fiéis ao Partido nesse Estado a se reestruturarem sob a direção do Comitê Regional reorganizado, tendo em vista fortalecer a unidade política, ideológica e orgânica do Partido na Bahia. Este chamamento se dirige também aos militantes que defenderam opiniões equivocadas que levavam à divisão do Partido mas se dispõem a rever autocriticamente tais opiniões. Os militantes que persistirem nas práticas fracionistas, anti-estatutárias, e não se submeterem à direção do Comitê Regional reorganizado, se colocam à margem do Partido e sofrerão, de acordo com a gravidade de suas faltas, as sanções previstas nos Estatutos.

Agosto de 1980

O Comitê Central do PC do Brasil

Saudação do Comitê Central do P.C. do Brasil

Aos militantes fiéis ao Partido na região da Bahia

Queridos camaradas

Ao examinar a atividade desagregadora e liquidacionista de um grupo minoritário enquistado no Comitê Regional da Bahia e ao decidir reorganizar todo o trabalho do Partido na região, o Comitê Central do PC do Brasil constatou, com grande satisfação revolucionária, que a maioria dos membros do Partido nesse Estado foram capazes de erguer uma barreira poderosa aos intentos do grupo fracionista e defender, com valentia, a existência do Partido do proletariado, sua política e sua ideologia.

Apesar das inúmeras dificuldades, criadas pela atuação divisionista dos dirigentes locais, que traíram a confiança neles depositada, das discriminações e perseguições aos militantes que se colocaram bravamente ao lado do Comitê Central e do Partido, vocês souberam cumprir com honra o dever revolucionário de defender o Partido e o marxismo-leninismo não se deixando envolver nas intrigas mesquinhas nem aceitar os falsos argumentos utilizados no ataque indiscriminado ao Partido e à sua direção. Isto comprova a maturidade ideológica dos camaradas e a justeza do conceito leninista de que o Partido do proletariado é indestrutível. Na prática, vocês demonstraram que a defesa do Partido - tarefa gloriosa e revolucionária - está nas mãos do conjunto partidário e de cada um dos seus militantes.

Desta batalha política e ideológica, o Partido sai mais forte e temperado. Uma vez liberto dos entraves que o emperravam, crescerá mais ainda e se tornará uma grande força no cenário nacional. É a melhor resposta que o proletariado revolucionário dará às tentativas pequeno-burguesas de desviá-lo do seu caminho e de suas tarefas fundamentais.

O Comitê Central saúda calorosa e fraternalmente todos os camaradas fiéis ao Partido que, na Bahia, se empenharam e se empenham na luta pelo fortalecimento do Partido e trabalham incansavelmente para aplicar sua correta linha política.

Viva a unidade marxista-leninista do Partido da classe operária!

Fora os traidores e inimigos do proletariado e do socialismo!

Agosto de 1980

O Comitê Central do PC do Brasil

Resolução do Comitê Central Sobre a Atividade Fracionista da Estrutura/1 de São Paulo

Aos membros do PC do Brasil organizados na Estrutura/1 de São Paulo

Baseado no artigo 22º dos Estatutos do Partido e na opinião amplamente majoritária dos Comitês Regionais e do conjunto do Partido em todo o país, o Comitê Central decidiu por unanimidade de seus membros presentes à votação, na última reunião plenária, destituir os dirigentes do atual Comitê da E/1 de São Paulo por atividade antipartido, contrária à disciplina e às normas estatutárias. Negando-se a acatar a resolução do Pleno de março do CC, na qual se lhe fazia séria advertência e se lhe conclamava a cessar os ataques ao Partido e à sua direção, o Comitê da E/1 de São Paulo rompeu com todos os princípios em que se funda a organização de vanguarda e prosseguiu no trabalho fracionista e liquidacionista.

continua na página 32

INTERVENÇÃO DE ABERTURA DOS DEBATES SOBRE A LUTA INTERNA NA REUNIÃO DO COMITÊ CENTRAL

Camaradas,

A Resolução de março do Comitê Central tem sido importante instrumento para a elevação da consciência partidária e para o reforçamento da unidade política e orgânica do Partido. Discutida ampla e profundamente, foi apoiada pelos Comitês Regionais e outros organismos partidários dos Estados de: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo (E/2), Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Acre e Espírito Santo; na Bahia foi aprovada pela maioria dos militantes do Partido; no Rio de Janeiro foi aprovado pela maioria dos militantes e pelos dirigentes do Comitê de Reestruturação do Partido. Essa aprovação demonstra cabalmente que a Resolução de março corresponde ao espírito de defesa do Partido, ao condenar toda atividade fracionista e antipartidária.

No entanto, o Comitê Regional da Bahia e a Estrutura/1, de São Paulo, não só não acataram a resolução do CC, a crítica e a advertência a eles dirigidas, que expressam a vontade coletiva do Partido, como continuam a desenvolver a mesma prática fracionista e divisionista. À essa atividade antipartidária desses dois Comitês Regionais, somou-se a ação abertamente divisionista e fracionista de alguns membros do Comitê Central, que desde há muito já se manifestavam em franca oposição à linha do Partido e se solidarizavam com as atitudes antipartidárias em curso.

A continuação da luta aberta contra o Partido

Os dois organismos (da Bahia e da Estrutura/1 de São Paulo) elaboraram documentos em que se opõem à Resolução de março do Comitê Central e reafirmam a sua atitude antipartido. Nesses documentos procuram eludir a questão central da Resolução de março que é exatamente a sua atividade fracionista e buscam embaralhar as coisas numa vã tentativa de fugir à autocrítica que lhes é exigida pelo Partido.

Eles continuam procurando minar o Partido com suas idéias desagregadoras através de tentativas de contatos paralelos conforme denunciaram os camaradas do Paraná, Ceará e Maranhão, distribuem seus "documentos" a militantes de outras regiões e os instruem para "sondar" a posição dos Comitês Regionais. Nos "documentos" que redigiram, avançam nos ataques ao Partido e ao Comitê Central. Colocam-se quixotescamente em posição de "rebeldia" frente ao Comitê Central, declaram que não acatam mais suas orientações e decisões e partem para uma nova etapa na sua ação divisionista. A etapa do ataque público ao Partido, à sua orientação e à sua direção. Em atos públicos, de massas, na Bahia e no Rio de Janeiro, atacaram o Partido chegando a afirmar abertamente que o PC do Brasil não é o Partido do proletariado.

Essa sua atitude demonstra que, tendo fracassado a tática do assalto, por dentro, derrubam-se as máscaras e aparece com todos os seus contornos a sua feição anti-Partido, anti-marxista-leninista. Tratam de boicotar a divulgação do órgão de propaganda de massas; o C.M. de Salvador nega-se a comemorar o 25 de março; em todas as frentes de massas onde atuam, sempre apresentam propostas e orientações opostas às do Partido e, como corolário, "ameaçam" o Partido com a cisão. A hostilidade ao Partido e ao CC vai ao ponto de o secretariado da E/1 de São Paulo declarar ao assistente do CC que: "A reunião (com esse assistente) não significa que tenham modificado sua opinião sobre o CC e as suas

relações com os demais Comitês Regionais; que não reconhecem a legalidade da VII Conferência Nacional do Partido e as suas resoluções"; e que seria "errado pensarem que vão se submeter à disciplina partidária, uma vez que não reconhecem o CC". "Em definitivo", disseram, "achamos que é impossível aceitar o Informe de março do CC e as suas resoluções; a parte que assumir uma posição de ruptura pagará o ônus por isso". Não podiam falar mais claro e mais arrogantemente.

Ora camaradas, quem rompe com quem? São os fracionistas que, com sua prática insidiosa afetam a unidade do Partido e, portanto, rompem com o Partido. O Partido só pode romper com o anti-Partido, com as correntes e forças que o querem fazer mudar de cor, de caráter, transformando-o em revisionista.

A cisão sempre esteve presente na atividade desses grupos fracionistas, e se concretizou quando as divergências extrapolaram do aspecto político para o orgânico. Então violaram os princípios organizativos do Partido, tentando quebrar sua unidade através de contatos e reuniões paralelas. Eis como o secretariado da E/1 de São Paulo esclarece essa sua atuação: "Desde que não reconhecemos este CC como direção legítima do Partido, procuramos nos dirigir ao coletivo partidário, em especial aos Comitês Regionais". "Nunca ocultamos nossas posições, e utilizamos os meios possíveis para torná-las conhecidas do conjunto do Partido". Creio que nada mais patente para demonstrar a ação fracionista consciente. Quem se comporta dessa forma abandonou todos os princípios em que se funda a organização de vanguarda do proletariado, coloca-se na posição de inimigo do Partido.

Cientes do repúdio que sua atitude receberia do Partido e da sua conseqüente condenação, proclamam insolentes em documentos da E/1 de São Paulo: "Não aceitamos a exclusão de qualquer camarada, grupo de camaradas ou organização do Partido". Como se o Partido devesse obediência a eles. Desde quando as decisões do Partido estão subordinadas à aceitação ou não por parte de elementos hostis à sua unidade e aos seus princípios? A condenação imposta pelo partido do proletariado marca com ferro em brasa os renegados e traidores da causa revolucionária.

Advertidos pela resolução de março do CC e chamados a cessar sua prática fracionista e anti-Partido, não a acataram. Na prática, os dirigentes do CR da Bahia e da E/1 de São Paulo, violaram os Estatutos, romperam com o princípio do centralismo democrático, com a linha e a orientação do Partido. Essa sua atividade é um elemento de desagregação do Partido e não pode ser tolerada.

Por que esses camaradas, conscientemente, se aferram a essa posição anti-partidária? Quais os motivos reais que os impulsam? O que visam? Essas têm sido indagações que surgiram na discussão do coletivo partidário.

Historicamente, a atividade desse grupo fracionista nada acrescenta, de novo, à experiência do movimento marxista-leninista em geral e à de nosso Partido em particular. Sempre ocorreram nos momentos de grandes embates, quando se elevam as vagas da luta de classes. Aí surgem as tentativas de castrar o Partido de seu espírito revolucionário, empurrando-o para as posições capitulacionistas de direita ou aventureiras de "esquerda", isolando-o das massas, restringindo o seu campo de ação política. Quando fracassam esses intentos de "transformação" por dentro, sempre esses grupos procuram dividir o Partido, quebrar a sua unidade para impedir dessa forma que o proletariado possa servir-se de seu destacamento de vanguarda, nas acirradas batalhas que objetivamente terá de travar. O seu fundo de classe é anti-proletário, objetiva, fundamentalmente, impedir que a classe operária exerça a sua hegemonia no processo revolucionário.

Não é essa a situação que vivemos hoje no Brasil? É um momento de agravamento sem precedentes da crise

econômica, social e política no país. Grandes lutas se avizinham e o proletariado está chamado a dirigi-las. Abre-se uma clara perspectiva de vitórias para as forças populares, como indica a resolução de junho do CC. Como sempre ocorre nesses momentos, todas as classes e camadas sociais da população procuram intervir mais abertamente no cenário político visando impor a sua solução, aquela que mais atenda aos seus interesses de classe. Nessas circunstâncias, vários são os projetos de saída para a crise. Esses projetos têm sobejamente demonstrado que, afora o proletariado, todas as demais forças, quando muito, chegam até a conquista de um regime de maior liberdade política. Querem acabar com o regime de exceção e com a ditadura militar. No entanto, esperam alcançar tal objetivo através de transformações e mudanças graduais e pacíficas no Sistema. Somente o proletariado tem interesse em que o processo de derrubada da ditadura militar abra caminho para a transformação radical de nossa sociedade, para a liquidação dos fatores de atraso do país - o imperialismo, os grupos monopolistas da grande burguesia e a propriedade latifundiária de velho e novo tipo - e para a conquista do socialismo.

Nesse aspecto, a luta do proletariado é política, mas igualmente ideológica. Ele deve aplicar uma tática ampla e flexível, e, ao mesmo tempo, travar dura batalha contra todos os desvios que o afastem da perspectiva revolucionária.

A experiência histórica de quase um século e meio de duros combates de classe, tem ensinado aos marxistas-leninistas que o proletariado só pode almejar atingir os seus objetivos se conta com um Estado-Maior lúcido, capaz, e, fundamentalmente unificado na ação política. Ora, se vivemos no país uma situação extremamente complexa, em que os acontecimentos evoluem rapidamente e novos problemas são colocados a cada momento na ordem-do-dia, qualquer confusão na orientação, qualquer vacilação quanto ao caminho a seguir, só poderá servir, como de fato serve, para paralizar a ação do proletariado, para dificultar que conquiste a direção política e a hegemonia no atual processo.

Quando alguns camaradas se arvoram no direito de aplicar e defender publicamente uma orientação que contraria a linha geral e as decisões do Partido, que objetivos perseguem? Evidentemente, criar confusão no movimento de massas, impedir a unidade política e de ação das massas, privar o proletariado, através de seu Partido, de conquistar a direção do movimento popular. Eles assim procedem, e insistem, ainda quando a sua "orientação", errada e oportunista, tenha sido rejeitada pela vida aos poucos dias de existência, ou abortada antes que possa sequer dar um suspiro. Foi o caso das diretivas por eles apregoadas, tais como: "tática eminentemente defensiva"; "momento de refluxo do movimento de massas"; "vitórias e consolidação do regime militar"; "momento de isolamento e desmoralização do proletariado" (nos fins dos anos 60 e início de 70); ou ainda a "tática" de dividir as forças populares (no momento da luta pela anistia) com a formação do "partido popular"; de apoiar e participar da formação e consolidação de um partido social-democrata; e, agora, com a formulação de uma posição "esquerdista", ainda que "esquerdista" de palavras e direitista na prática. Ante o fracasso dessas "orientações" porque insistir em semelhante prática? Por que negar-se à auto-crítica? Continuar nesse caminho já não pode mais ser considerado simples equívoco, apenas erro de interpretação de uma realidade determinada, mas, reflete sim uma concepção anti-revolucionária e revisionista. É uma ação consciente para tentar destruir o Partido, portanto, para privar o proletariado de seu destacamento de vanguarda.

Procurando atingir esse propósito, os grupos e elementos fracionistas adotaram táticas diferenciadas. A primeira foi a tentativa de tomar o Partido de assalto, transformá-lo por dentro,

tomá-lo um partido reformista, revisionista, tática essa idêntica à adotada pelos revisionistas comandados por Prestes na década de 50. Naquela época, os revisionistas tiveram um êxito parcial, o seu projeto foi momentaneamente vitorioso. Mas, o proletariado revolucionário deu-lhes a resposta em fevereiro de 62 ao reorganizar o Partido, livrando-o da escória oportunista e revisionista. Nestes 18 anos de reorganização do Partido, muito aprendemos no trato com as correntes oportunistas de direita e de "esquerda", dentro e fora do Partido. Essa experiência acumulada é um acervo que pertence a todo o Partido e que seus militantes souberam utilizá-la contra essa nova tentativa de fazer mudar a cor do Partido, tal como se verificou na luta contra os fracionistas da Ala Vermelha.

A agitação que fizeram contra o Comitê Central e contra o Partido chocou-se com a barreira intransponível da coesão e da unidade partidárias. A reação do Partido contra suas idéias e práticas deveriam tê-los feito pensar um pouco, onde ficam eles e aonde está o Partido. Não seria normal, nessas circunstâncias, adotarem uma postura partidária? Acatar a opinião e a decisão do conjunto, abandonando as suas concepções e práticas grupistas, fracionistas? Mas não, aprofundam ainda mais a sua atividade desagregadora, anti-partidária.

Tem sido correto o tratamento que o CC e o conjunto partidário deu ao processo da luta interna. Até aqui, tratava-se de convencer os camaradas de seus erros e chamá-los para uma posição auto-crítica. Dada a ausência desta, permitir que esses elementos prossigam a sua prática anti-partidária será coonestar o erro, vacilar na defesa da unidade política e orgânica do Partido. E isso é inadmissível.

Agora, o Partido deve dar um novo passo contra o grupo fracionista. Isto hoje é exigência do coletivo partidário manifestada através das resoluções tomadas nos vários escalões da estrutura orgânica do Partido.

O fracionismo dentro do C.C.

Até aqui temos tratado da atividade fracionista e anti-Partido das direções da E/1 de São Paulo e do Comitê Regional da Bahia. Mas essa atividade não se limita apenas às direções da E/1 e do CR da Bahia. Tem seus expoentes no seio do Comitê Central.

No decorrer dos debates e no próprio processo da luta pela defesa do Partido, foi-se configurando dentro do próprio CC o verdadeiro centro político de tais atividades. A princípio, as divergências se manifestavam no quadro de debate interno do CC, em que cada camarada tem o direito de defender e sustentar a sua posição, mesmo discordante. Estatutariamente esse é um direito assegurado. Logo, logo, ficou claro que não se tratava apenas de divergências, mas de um trabalho coordenado fora e dentro do CC, de luta aberta contra o Partido e sua direção. Os ataques ao Partido iam até a sua completa negação como a organização marxista-leninista de vanguarda da classe operária.

Exatamente após as reuniões do CC de março, abril e junho alguns elementos do CC passaram a defender em outros organismos, em atos públicos e pela imprensa não partidária posições contestatórias às do CC e do Partido. Essas são atitudes incompatíveis com a condição de membro do CC. A disciplina partidária é una e obrigatória para todos os membros do Partido, das bases ao CC.

No entanto, as atividades anti-estatutárias desses membros do CC, de per si bastante graves, não se restringem à divulgação de suas opiniões enganosas. De fato, eles passaram a constituir o núcleo dirigente de uma atuação consciente e aberta contra o centro único dirigente de nosso Partido.

Vejamos os fatos e sua evolução. Já em março, o CC assinalou que o início da circulação das idéias incorretas

no Partido datavam do documento elaborado por Marcelo, Ulisses e Geraldo. Essas idéias, rejeitadas na VII Conferência Nacional do Partido, ressurgiram logo após nas posições defendidas pelos dirigentes do CR da Bahia e da E/1 de São Paulo. Eram concepções fundamentalmente oportunistas e capitulacionistas, apontavam para uma tática de direita e para a negação do Partido. Tais concepções foram as que orientaram a política dos citados organismos, e estão expressas nos documentos que emitiram e nas posições que assumiram.

Em fins do primeiro semestre do ano passado, quando mais intensamente se desenvolvia a luta pela conquista da anistia ampla e irrestrita, batalha que exigia fundamentalmente a unidade de todas as forças democráticas e populares e que se desenvolvia dentro e fora do Parlamento, Marcelo e outros elementos a ele vinculados apresentaram um projeto de formação de um chamado "Partido Popular" que tinha como ponto de partida a divisão do então MDB que, naquele momento, era uma das frentes de luta pela conquista da anistia ampla e irrestrita. Mesmo contra a opinião da direção do Partido, Marcelo continuou defendendo publicamente a sua posição, articulando esse partido divisionista. A direção da E/1 de São Paulo imediatamente passou a defender publicamente essa posição, aí já ostensivamente contra a orientação do CC. Elementos que defendiam idêntica posição viajaram a diversos Estados do país defendendo a organização desse "PP", tentando, em muitos lugares, fazer passar semelhante orientação como sendo a posição do Partido. A vida demonstrou o caráter aventureiro dessa proposição e outro não foi o seu destino que o enterro sem glória.

A atividade de Marcelo na empresa a que foi destacado para representar o Partido, igualmente caracterizou-se pela não aplicação da orientação do Partido e sempre atuou por sua própria conta. Essa empresa transformou-se em um centro de irradiação de idéias e posições que se opõem às do Partido.

Na reunião de março do CC, Marcelo fez uma intervenção de defesa das teses e concepções anti-partido que eram veiculadas pelas direções da E/1, de São Paulo, e do CR da Bahia. Posteriormente, ele mandou difundir essa sua intervenção em forma de documento, apoiado nos citados regionais, violando, com isso, mais uma vez, a disciplina partidária. Em abril, um mês após a reunião do CC, o secretariado do CC recebeu da direção da E/1 de São Paulo, um documento por ela elaborado para essa reunião do CC. Esse documento da direção da E/1 de São Paulo confirma o que acima afirmamos: que a atividade de Marcelo é uma atividade de direção paralela à do CC, pois "coincidentemente" esses dois documentos, a intervenção de Marcelo no CC e o da direção da E/1 de São Paulo são do mesmo teor, abordam no fundamental as mesmas questões e, no fim, cada um faz uma série de propostas ao CC que são idênticas, no conteúdo e teor. Marcelo, nessa sua intervenção, faz uma análise unilateral e facciosa do Partido, minimiza a sua atuação e a sua presença na vida política do país, distorce a sua prática e considera que só há erros em sua orientação. Como membro do CC, em vez de buscar as formas concretas de fazer avançar o trabalho do Partido, fortalecer o Comitê Central, investia contra este de forma caluniosa e ignominiosa. Fez propostas descabidas visando a sua total paralização. Atacou o núcleo dirigente do CC e o próprio CC, procurando incentivar a insubordinação dos militantes partidários. A sua atitude, principalmente quando mandou imprimir e distribuir essa sua intervenção, é a de procurar criar um clima de caos no Partido para justificar a sua proposta de mudança da linha e da própria fisionomia do Partido. É uma ação consciente contra o Partido, que objetiva colocá-lo à deriva, pois se fosse levada à prática anularia o centro dirigente e o deixaria sem uma correta orientação política. Mas as coisas não pararam aí.

Na última reunião da SBPC, Marcelo, junto com Marcos, de público atacou a linha do Partido, combateu a tática aprovada na última reunião do CC, defendendo suas próprias opiniões e o-

rientação.

Esse conjunto de atos de Marcelo, caracteriza sua atuação contra o Partido, visando criar confusão no seio do Partido e no movimento de massas. O CC e o Partido não podem permitir que Marcelo continue a usar o nome do Partido e a sua condição de membro do CC para disseminar a confusão política e ideológica.

Igualmente Marcos, nas reuniões do CC, defende e apoia as atividades fracionistas dos dirigentes da E/1 de São Paulo e do CR da Bahia. Emitiu também, nessas reuniões, opiniões contrárias à orientação do CC e do Partido, sustentando pontos de vista que desfiguram o marxismo-leninismo e negam o Partido do proletariado. Igual que Marcelo, Marcos procurou levar suas opiniões ao coletivo partidário, elaborando e distribuindo documentos que atacam o Partido, a sua direção e a sua linha política, esforçando-se para influir em organismos partidários com os quais não tem relação orgânica, o que caracteriza sua atitude como de violação aberta dos estatutos e da disciplina partidária.

Logo após a reunião de março do CC, Marcos, que vinha procurando constituir uma direção regional no Rio de Janeiro por conta própria, contra a decisão e orientação do CC, elaborou, junto com alguns camaradas do Rio, um documento que apresentou na chamada reunião de "constituição" do "comitê regional" do Rio de Janeiro. Nesse documento, que tratava da luta interna no Partido, Marcos simplesmente desconheceu a resolução do CC sobre o assunto, e, ainda mais, reproduziu todos os argumentos que vinham sendo utilizados pelas direções da E/1 de São Paulo e do CR da Bahia e fez uma série de injuriosas acusações ao Partido e à sua direção. Chamado a defender a resolução do CC, Marcos negou-se e abertamente atacou essa resolução que é válida para todos os membros do Partido e em particular para os que fazem parte do seu órgão dirigente, o CC. Rejeitada pelo CC, a manobra da constituição desse pretenso comitê regional, Marcos e alguns elementos a ele vinculados no Rio de Janeiro, passaram a distribuir, e continuam até hoje, em nome de um inexistente CR do Rio de Janeiro, esse documento em que são reiterados raivosos ataques ao Partido e à sua direção. Tal documento não só foi distribuído na região do Rio como remetido a outros regionais, em particular ao da Bahia, que o reimprimiu e distribuiu em outros Estados. Esse ato, após a resolução de março do CC, que exige a cessação de toda atividade fracionista e paralela no Partido, é uma flagrante violação da disciplina partidária.

Na reunião de abril do CC, Marcos fez uma intervenção sobre a tática para o Partido que foi rejeitada pela maioria do CC. Mesmo assim, Marcos em uma reunião pública na Bahia defendeu os seus pontos de vista e, ainda mais, atacou a orientação elaborada pelo CC. Essa sua intervenção na Bahia foi transformada em esquema de discussão e distribuída aos militantes do Partido na região e ainda enviada a outros Estados. Camaradas do Partido na Bahia protestaram contra a atitude de Marcos e, ainda mais, detectaram a sua ação de direção paralela ao CC, pois a partir de sua estada na região os elementos que fazem campanha contra a direção e o Partido passaram a defender as suas posições. Esse fato causou mais espécie, pois, em seguida, o CR da Bahia adotou as teses de cunho "esquerdista" defendidas por Marcos. Isto é ou não atividade de direção paralela?

Após a reunião de junho do CC, que aprovou a redação definitiva do documento sobre a tática, Marcos não cessou a prática fracionista e divisionista. Continuou defendendo de público as suas opiniões, contrárias à orientação do Partido. Recentemente, por ocasião da reunião da SBPC no Rio, Marcos e Marcelo, em uma das suas sessões, de público, atacaram a linha do Partido, tentando ridicularizá-la e defenderam os seus pontos de vista. Camaradas nossos do Comitê Estudantil V.I.Lenin, que participaram dessa reunião, enviaram ao CC uma carta de protesto contra essa atitude desses dois elementos do CC,

da qual transcrevemos um trecho: " Os dois companheiros (Marcos e Marcelo), lançaram mão do espaço que tinham na SBPC para negar o nosso Partido, combater a nossa tática e abrir questões internas através de comportamentos extremamente liberais. Tudo começou com a análise da nossa tática, diversas vezes chamada de reformista, chegando-se ao ponto de acusar-nos de representantes atuais de pensamentos como os de Bernstein e Kautsky. Mas a coisa não parou aí. O sr. Marcos falou abertamente da inexistência da vanguarda da classe operária no país, colocando a necessidade da "união das várias correntes marxistas-leninistas para formar o partido de vanguarda da classe operária no país". O organismo V.I.Lenin da Bahia declara ainda: "O debate da SBPC sobre a situação política do país e um outro realizado na Bahia com o mesmo tema, além das conversas com algumas pessoas, sendo o da SBPC com a participação de Marcos e Marcelo e os da Bahia com a participação de Marcos, nos colocam na obrigação de enviar esta carta, analisando alguns aspectos dessas discussões. Todas estas discussões têm como denominador comum o ataque à tática defendida pelo Partido, o ataque à sua direção, além da sua negação, sendo todas estas questões tratadas publicamente"...

Isso é ou não atividade anti-Partido? Acaso se pode atacar de público a linha do Partido aprovada em reunião de que se participou e na qual se defendeu livremente suas opiniões? É ou não tentar solapar e desmoralizar o Partido do proletariado, criar confusão no seio das massas e das forças aliadas? Como bem dizem os camaradas da Bahia, fiéis ao Partido: "Achamos que estes fatos, aliados a muitos outros que não vamos citar aqui, nos levam a concluir que não podemos mais conviver com tais elementos nas fileiras do nosso Partido, muito menos na sua direção uma vez que isso fere profundamente o princípio marxista-leninista da organização da vanguarda da classe operária".

No entanto, não termina aí o rompimento de Marcos com as decisões do CC e do Partido. Em relação ao PT, a posição do CC e do Partido é clara e foi aprovada no documento sobre a tática. Marcos simplesmente desconhece essa resolução e apregoa abertamente a necessidade dos militantes partidários entrarem para as fileiras do PT, reforçarem a formação do partido social-democrata no Brasil. Essa sua "orientação" está sendo aplicada pelo punhado de seus seguidores no Rio de Janeiro. Após sua estada na Bahia, aplicam-na, também, os elementos fracionistas, e já começa a ser defendida por dirigentes da E/1 de São Paulo.

Semelhante "orientação" de Marcos, além de ferir resolução do CC, sobre a nossa atuação junto às demais forças políticas, visa criar confusão nas correntes aliadas que, pensando ser decisão do Partido, no mínimo o tacham de oportunista, de <u>entrista</u>, procurando infiltrar-se em outras organizações para as dominar e assim utilizá-las como pano de fundo para sua atividade. Essa é a prática tradicional dos trotsquistas, sempre repudiada pelo nosso Partido. A posição do Partido é clara e correta. Atuamos na frente político-institucional com objetivos bem precisos de trabalho de frente, de ação junto aos aliados. A "tática" de entrar para o PT corresponde hoje à guinada "esquerdista" que Marcos procura impor aos seus seguidores, é parte da influência trotsquizante que penetra em certos setores intelectualizados e que atuam principalmente dentro do PT. Mais uma vez é preciso dizer que tal rompimento com a orientação do Partido não pode continuar. O nosso Partido só tem uma tática e uma orientação. A atividade junto a outras forças políticas tem de ser decidida ao nível de direção e não em caráter individual ou grupista.

Pelo exposto, fica evidente que Marcos e Marcelo com as suas idéias e concepções vêm orientando os elementos fracionistas dentro do Partido. Essa atividade é incompatível com a condição de membro do CC. Já que eles não se submetem às decisões do CC e do Partido, aplicando-as e defendendo-as, a sua

permanência no CC é impossível. Eles não só têm uma visão deformada da realidade brasileira e do nosso Partido, como igualmente procuram deformar as idéias do grande mestre e chefe do proletariado mundial que foi Lenin. Tentam apresentá-lo como defensor das frações, do debate sem princípios, o eterno polemizador que "adorava" o debate, e o permitia em qualquer situação no partido Bolchevique. Mas eis o que diz Lenin à esse respeito em sua obra Sobre a violação da Unidade: "O fracionismo é o principal traço distintivo do partido social-democrata numa determinada época histórica. Qual exatamente? A de 1903 a 1911". E mais adiante: "Desde 1912, há mais de dois anos, não existe na Rússia fracionismo entre os marxistas organizados, ..."(...)"Existe uma ruptura completa entre o partido, que declarou formalmente em janeiro de 1912 que os liquidacionistas não fazem parte dele". (os grifos são de Lenin). Portanto, camaradas, não é Lenin o protetor e o patrocinador do "princípio" da fração, da orientação paralela. Ele é sim um intransigente defensor do princípio do centralismo-democrático, que nega e condena a prática fracionista e liberal-burguesa.

O caso de Otávio não é muito diferente. Ele manifestou igualmente, nas reuniões do CC de março, abril e junho, opiniões discordantes das que foram aprovadas pelo CC e apoiou a atividade fracionista dos dirigentes do CR da Bahia, ao qual pertence.

Rompendo com as normas do Partido e seus princípios estatutários, no dia 23/07/80, Otávio resolveu dar uma entrevista a um jornal da imprensa não partidária em que se apresenta como "dissidente" no CC e explicita a sua discordância em relação à orientação tática aprovada em junho pelo CC, bem como emite opiniões sobre temas ainda em discussão interna.

Otávio, de público, opõe-se à caracterização da situação feita pelo Partido, à tática de luta pela derrubada da ditadura militar, ao caráter da frente que se propõe para o momento político, à análise do caráter social-democrata do PT e à nossa atitude frente ao mesmo, etc.

Por que extemporaneamente Otávio se viu na necessidade de "romper a camisa de força" (segundo os termos do entrevistador), se ele vinha tendo toda oportunidade de defender suas idéias e opiniões no CC?

Se analisarmos os trechos da entrevista de Otávio e a compararmos com o esquema de intervenção de Marcos na Bahia, é fácil constatar a identidade de conteúdo e de estrutura entre ambos os pronunciamentos.

Está claro que Otávio aderiu à tática atual dos fracionistas que é a de atacar publicamente o Partido, a sua orientação e a sua direção, fazer confusão no movimento de massas quanto à verdadeira linha do Partido e, por último, reforçar, com sua atitude, uma ação paralela de direção.

Esta ação de Otávio não pode continuar, tem de cessar. É incompatível com a sua qualidade de membro do CC.

Quanto a Paulo, havia recebido da direção, já há algum tempo, a responsabilidade da reorganização do Partido no Rio de Janeiro. Abandonou essa tarefa, e, por cima e contra a orientação da direção, Paulo participou, junto com Marcos, da tentativa da formação de um "comitê regional no Rio de Janeiro", de caráter fracionista e que seria utilizado como mais um instrumento de luta contra o Partido e o CC, o que veio a ser comprovado com a prática ulterior dos elementos que participaram dessa atividade divisionista.

Após a reunião de março, Paulo negou-se a defender a resolução do CC em contatos com os camaradas do Partido, no Rio de Janeiro. Apesar de advertido de que, como membro do CC, as opiniões que vinha emitindo só poderiam ser dadas em reunião do CC, Paulo defendeu, na reunião de criação do falso CR do Rio de Janeiro, o apoio à ação e à prática fracionista e anti-Partido que vinha sendo desenvolvida no Partido.

Paulo participou da elaboração do documento apresentado nessa reunião, no qual são feitos injuriosos ataques ao CC e à atividade do Partido. Esse "documento" foi enviado a outros organismos partidários fora da região do Rio de Janeiro. Os elementos fracionistas do CR da Bahia o reimprimiram e distribuíram em sua região, bem como o enviaram para outros Estados como mais um "documento" de ataque ao Partido.

Após a decisão do CC que repudiou a manobra divisionista de formação do "CR" do Rio de Janeiro, Paulo passou a visitar camaradas do Partido nesse Estado, realizou reuniões com elementos de vários organismos, rompendo as normas orgânicas do Partido. Nessas "conversas" e "reuniões", Paulo atacou a decisão do CC e orientava tais elementos para que sabotassem o trabalho da Comissão de Reestruturação indicada pelo C.C.

Igualmente, Paulo estabeleceu contatos com pessoas simpatizantes e militantes do Partido em outra região, atacando o CC, distribuindo materiais antipartidários e solicitando que os mesmos fossem repartidos aos membros do Partido dessa região. Esse comportamento de Paulo deixa patente que ele não só está de acordo com os elementos fracionistas dentro do Partido, como a sua prática é igualmente fracionista e anti-estatutária.

Juntando-se ao grupo fracionista, dentro do Partido, Paulo rompe com a disciplina e o centralismo-democrático. Sua prática é incompatível com a sua condição de membro do Comitê Central.

☆ ☆ ☆

Camaradas

O inimigo de classe esforça-se, hoje, em todo o mundo, para tentar destruir as organizações marxistas-leninistas. Fomenta divisões e busca introduzir em suas fileiras idéias desagregadoras. Sob o pretexto de que o socialismo sofreu alguns reveses, estimula à negação da doutrina do proletariado, alegando necessidade de revisão crítica dessa doutrina e de todo o passado do glorioso movimento comunista mundial. O capitalismo e o social-imperialismo sabem perfeitamente que enquanto existir partidos marxistas-leninistas, eles não podem dormir descansados. Porque esses partidos representam o proletariado e estão dispostos a levar às últimas conseqüências a luta pela emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos. A pressão ideológica que o imperialismo e a reação fazem em todas as direções alcança os vacilantes e os que jamais romperam com sua origem de classe pequeno-burguesa. Eles capitulam e procuram liquidar, por dentro, os partidos da classe operária. Mas encontrarão pela frente o punho vigoroso do proletariado. Seus intentos não vingarão.

O CC está chamado a decidir a respeito da atividade divisionista no Partido e na sua direção.

Em face da atividade fracionista da E/1, de São Paulo e do CR da Bahia, assim como da ação antipartido de Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo, membros do Comitê Central, impõe-se a adoção de medidas estatutárias que resguardem a unidade do Partido, defendam seus princípios ideológicos, sua linha revolucionária e sua provada direção central. Os fracionistas, de dentro e de fora do Comitê Central, confundiram a tolerância visando ganhá-los para corretas posições marxistas-leninistas com fraqueza e insegurança da direção. Eles se equivocaram totalmente. O Comitê Central, defendendo o centralismo democrático e a democracia interna em nossas fileiras, jamais vacilou no cumprimento do seu dever. Desmascarou as posições errôneas e levou a todo o Partido o debate em torno de tais nocivas atividades. Apoiou-se nos fatos concretos, indesmentíveis. Como assinalou a Resolução de março do CC, os fracionistas não passavam de revisionistas e liquidacionistas, de inimigos do Partido e da causa da classe operária. E o Partido soube reagir. Todos os Comitês Regionais (com exceção de um que ainda não tomou decisão) aprovou a resolução do CC. Inúmeros organismos de base do Par

tido e muitos militantes, demonstrando maturidade ideológica e firmeza revolucionária, não somente apoiaram aquela resolução como fizeram denúncias de fatos graves praticados tanto por elementos dos Comitês da Bahia e de São Paulo (E/1) como por membros do Comitê Central. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que as medidas que devemos tomar, nesta reunião, constituem uma exigência do conjunto do Partido.

As medidas propostas são as seguintes:

a) Destituir dos cargos de membros do Comitê Central, por atividades antipartidárias, Marcelo, Marcos, Otávio e Paulo, de acordo com o artigo 21º dos Estatutos;

b) Destituir as atuais direções da Estrutura/1 de São Paulo e do Comitê Regional da Bahia e reorganizar as direções destes dois Comitês, de acordo com o artigo 22º dos Estatutos;

c) Indicar membros do Comitê Central para, juntamente com outros quadros da região de São Paulo (E/1), e da Bahia, reorganizar esses Comitês;

d) A reorganização da E/1, de São Paulo, tem também em vista a unificação, no menor prazo possível, das duas Estruturas de São Paulo, de conformidade com a resolução da VII Conferência Nacional do Partido;

e) Todos os militantes das respectivas regiões de São Paulo e da Bahia devem se estruturar sob a direção dos Comitês reorganizados. Aos membros do Partido que não acatarem e aplicarem esta resolução, serão aplicados, pelos respectivos Comitês reorganizados, as penalidades previstas nos Estatutos.

f) Os membros do Comitê Central, ora destituídos de suas funções, terão que se subordinar aos respectivos Comitês Regionais dos Estados onde vivem. Devem cessar toda a atividade que não seja a indicada pelas direções regionais.

Tais são as medidas que a situação atual reclama.

Stálin e Lênin, intransigentes defensores do princípio do centralismo democrático, que nega e condena a prática fracionista e liberal-burguesa.

EXTRATOS DE MENSAGENS E RESOLUÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERMEDIÁRIAS E DE BASE ENVIADAS AO COMITÊ CENTRAL

Do Comitê Regional de São Paulo (E/2)

"O CR em sua reunião de maio último decidiu por unanimidade cerrar fileiras em torno do CC na defesa da unidade marxista-leninista do Partido e em apoio à sua proposta de convocação do Congresso partidário. Nas mesmas condições, decidiu ainda condenar a atividade fracionista e revisionista desenvolvida por um grupo nas fileiras partidárias e rejeitar o falso congresso, de liquidação do Partido por eles proposto, bem como apoiar as medidas disciplinares tomadas pela direção".

"Ao tomar estas decisões, o Comitê Regional de São Paulo expressa seu próprio ponto de vista e tem também a certeza de refletir a opinião do coletivo partidário regional. Nos debates, levados a efeito, vários camaradas fizeram questão de opinar no sentido de que consideravam muito suaves as providências disciplinares adotadas pela direção, tendo em vista a gravidade dos problemas levantados".

"No passado", diz a resolução, "e não obstante diferenças de opinião, sempre mantivemos, as duas estruturas, um relacionamento correto e fraterno de parte a parte. Há certo tempo, entretanto, a atividade da E/1 em São Paulo (e, pelo que sabemos, também fora de sua base territorial) passou a constituir-se num pesado fardo para o Partido. Pelo menos desde 1977 eles se tornaram uma central de orientação de direita, de descrédito e desmoralização do Partido e das direções e um ativo núcleo de conspiração para dividir o Partido".

"Em diversas oportunidades acercaram-se de vários camaradas com boatos de cisões no Partido, decerto referindo-se à sua própria atividade, porque até então desconhecíamos que isto estivesse em andamento. Além de se referirem a cisões insistentemente, eles divulgaram abertamente "avaliações" sobre o papel deste ou daquele dirigente do Partido, ocupando-se principalmente do camarada JA. Chegaram ao cúmulo, pretextando que a maioria da direção caíra, ou fora assassinada, e que o resto se encontrava no exterior, de <u>propor a articulação de uma nova direção para o Partido</u> (grifado no original)".

"O CR está plenamente convencido de que o Partido Comunista do Brasil sairá fortalecido desta luta que encetamos para superar todos os obstáculos que dificultam o cumprimento de nosso insubstituível papel de Estado-Maior do proletariado e da revolução. Está convencido de que derrotaremos, completamente, estas manobras que visam contrabandear o revisionismo para dentro do Partido e cindí-lo".

Do Comitê Municipal de São Paulo (SP)

"Este grupo anti-partido já era conhecido por uma boa parte de nossos companheiros e a ele temos dado o melhor combate que nossas forças têm permitido. Já há mais de dois anos que seus componentes têm procurado disseminar nas fileiras partidárias e no movimento de massas suas teses revisionistas. Naturalmente, como bons oportunistas que são, sempre procuraram se apresentar como comunistas, revolucionários, etc. Porém, na verdade, o que pregaram todo este tempo foi, em primeiro lugar, a revisão da linha do Partido, afirmando que a "derrota" da guerrilha do Araguaia, as centenas de prisões de que foram vítimas os militantes do Partido, culminadas com as quedas da Lapa, e a posição de crítica à teoria revisionista dos Três Mundos e do pensamento Mao Tsetung exigiam uma reavaliação crítica de nossa linha. Com a desculpa de que era preciso preservar os militantes do Partido, principalmente aqueles mais antigos, fecharam-se entre quatro paredes para "estudar" e reavaliar a linha do Partido, desligando-se, completamente, da vida de nosso povo. O resultado desse "estudo" foi sendo sentido cada vez mais na vida política de nossa área de atuação".

"Eles passaram a apregoar que as massas do povo estavam extremamente atrasadas e desorganizadas e que o movimento revolucionário no Brasil e no mundo passava por um grande refluxo. Em conseqüência, os "bons" revolucionários deveriam ter uma política de extrema defensiva e "fingir-se de mortos". E isto justamente no momento em que a classe operária e os movimentos populares se lançavam energicamente no campo da luta de classes".

"Assim, camaradas, quando o Comitê Central adota as resoluções acerca do trabalho daninho de tal grupo neo-revisionista dentro do Partido, nós, que há tempos vínhamos enfrentando dificuldades com a difusão de suas idéias e ações, só podemos saudar com entusiasmo a justeza das sanções aplicadas. De nossa parte acreditamos que, se tais indivíduos não se corrigirem no tempo devido, assim como o Partido os acolheu de portas abertas a partir de sua vontade própria, devemos abri-las de novo para que saiam também por sua própria vontade e possam realizar seus intentos longe de nós. E se assim não quiserem, devemos lançá-los porta afora, porque o Partido só comporta uma linha, uma só organização e um centro único de direção. Com a depuração das idéias não-proletárias e dos elementos que são seus portadores, o Partido nada perde. Pelo contrário, só pode melhorar sua qualidade".

Do Comitê Zonal «Maurício Grabois», de São Paulo (SP)

"Desde o mês de março, quando nos chegou às mãos o informe do CC sobre as divergências internas e a luta que abertamente alguns camaradas equivocados têm desenvolvido contra a linha política revolucionária e a direção do nosso Partido, empenhamo-nos em levar a todos os organismos partidários sob a nossa responsabilidade a discussão destas questões."

"Após cerca de dois meses de debates e estudo do documento, é com grande alegria e entusiasmo que constatamos que o conjunto dos militantes na nossa área de atuação vem se colocando revolucionariamente em defesa do Partido, de seu Comitê Central e contra os que tentam fracionar, dividir e mesmo destruir o Partido Comunista do Brasil".

"Que os liquidacionistas de ontem e de hoje cessem suas atividades anti-Partido. Se desejam abandonar o campo da revolução proletária e socialista, que o façam. As portas do Partido permanecem abertas aos que querem verda-

deiramente a revolução, mas também permanecem abertas para a saída daqueles que não aceitam os princípios e normas de um Partido proletário e revolucionário de classe. Se querem defender e aplicar suas idéias anti-proletárias e revisionistas, que as defendam em seu próprio nome, e não em nome do nosso Partido."

Do Comitê Regional do Rio Grande do Sul

"O Comitê Regional do Partido no Rio Grande do Sul recebeu o informe ' do CC de março de 1980. Depois de discuti-lo em seu seio, levou-o ao conjunto do Partido que passou a debater com grande interesse a firme tomada ' de posição do CC e concluiu em cerrar fileiras em defesa da unidade ideológica, política e orgânica do Partido, de seu Comitê Central e do camarada ' João Amazonas".

"Consideramos que a atual luta ideológica que se desenvolve em nossas fileiras é o reflexo do acirramento da luta de classes em escala nacional e mundial. É a luta entre a corrente revolucionária proletária e a corrente burguesa contra-revolucionária."

"É nesse quadro"-refere-se o documento ao agravamento da situação- "que surgem em nossas fileiras camaradas portadores de concepções, de propostas políticas e orgânicas que, se adotadas, desviariam o Partido da perspectiva proletária."

"O estudo do Informe do CC de março de 1980 nos mostrou claramente que a luta travada pelos componentes da Estrutura/1 de São Paulo e do Comitê' Regional da Bahia tem o conteúdo e a forma de uma luta oportunista, fracionista e anti-Partido."

"Aqui na região tivemos prova do fracionismo quando por várias vezes elementos da E/1 de São Paulo mantiveram contato com supostos membros do Partido da região, que viajavam para São Paulo ou em encontros estudantis."

"Mesmo depois de tomada a posição do CC em sua sessão plenária de março de 80, através do CIPES, convocaram dois militantes de nosso organismo para uma reunião fracionista em São Paulo e através desses camaradas introduziram novos textos cujos conteúdos são de ataque ao Partido."

"Desse modo concluímos que as posições dos componentes da E/1 de São Paulo e do CR da Bahia objetivam liquidar o Partido e visam impedir que o Partido continue sua trajetória histórica de vanguarda do proletariado. Tentam desviar o Partido do curso da revolução e transformá-lo em um Partido reformista, oportunista e revisionista. Sua luta é claramente uma luta anti - Partido."

"O conjunto do Partido na região' está coeso com o CC, com as resoluções da VII Conferência Nacional e com o Informe do CC de março de 80, bem como ' com o recente Informe Político de junho de 80."

"Confiamos que o CC, no momento exato, não hesitará em excluir de nossas fileiras todos os elementos que persistirem em atitudes fracionistas e desrespeitem as decisões da sessão plenária de Março de 80."

"Confiantes na justeza da orientação ideológica e política do Partido, nos empenharemos em acelerar os passos para aplicar todas as resoluções políticas e orgânicas da VII Conferência e assim estaremos no dia-a-dia defendendo a unidade ideológica, política e orgânica do Partido Comunista do Brasil."

Do Comitê Regional de Minas Gerais

"O Comitê Regional reuniu-se para discutir e se posicionar face ao Informe do CC de março de 1980. Há algum tempo, alguns problemas ali contidos já eram do nosso conhecimento. Isto, através da imprensa legal e por iniciativa de membros do Partido, de outra região, que, violando a estrutura partidária e sua disciplina leninista, procuraram estabelecer contatos partidários e discutir opiniões sobre problemas internos, paralelamente ao CC, num trabalho abertamente divisionista."

"Baseados nesses fatos e no Informe do CC, a posição unânime do CR é a seguinte:

"Afirmamos nossa total confiança no CC, na direção revolucionária que tem sabido imprimir, particularmente nos novos tempos, uma correta orientação. Apesar dos duros golpes sofridos nos anos do fascismo, o CC, tendo à frente o camarada João Amazonas, soube preservar o espírito revolucionário e a política de princípios que deve nortear todo partido proletário. Ao mesmo tempo, nos colocamos ao lado do CC na luta pela unidade do Partido em torno dos princípios revolucionários marxistas-leninistas contra aqueles que, dentro e fora do Partido, atacam-no e pretendem desagregá-lo. Prestam assim um serviço inestimável à ditadura militar e à burguesia, exatamente quando o movimento de massas em ascenso, particularmente o da classe operária, avança e ameaça sufocar o regime militar e tornar vãs as tentativas da burguesia de retardar o socialismo."

"Qualificamos o procedimento de T. da E/1 de São Paulo e do CR da Bahia, como de caráter desagregador e liquidacionista."

"A tentativa de desagregação se caracteriza pelos procedimentos ilegais, do ponto de vista dos Estatutos do Partido, nos contatos internos, ficando patente a tentativa de estabelecerem uma direção paralela ao CC."

"O liquidacionismo fica ainda mais evidente na proposta de Congresso da E/1 de São Paulo."

"Consideramos perniciosa a atividade do "camarada T", tanto pelo seu comportamento na prisão (indigno de um comunista, ainda mais quando se tratava de um dirigente do Partido), quanto por seu comportamento fora. Por suas insinuações maliciosas em relação à queda da Lapa tentando atribuí-la à direção do Partido; por sua tentativa de desagregar o Partido, inclusive com sua pretensa "Em defesa da verdade", que tentou fazer chegar a várias regiões do país, de contrabando, violando as normas partidárias e pelos outros fatos abordados no Informe. Esse camarada tem feito, além disso, uso de meios de divulgação extra-partidários para atacar sistematicamente o Partido."

"Por todos esses motivos achamos que esse elemento não pode mais continuar como membro do Partido. Ele já renegou na prática o Partido e a revolução em todos os aspectos. Consentir em sua permanência, mesmo com sérias advertências, seria o mesmo que abdicar dos princípios pelos quais o Partido, com tanto valor e sacrifícios, tem se batido até hoje."

"Consideramos também que houve, como o relato do Informe diz, liberalismo do CC com relação aos erros anteriores do camarada T, na medida em que, entre outros, chegou a cometer faltas graves em várias ocasiões que causaram sérios danos à Organização."

"Decidimos, com este posicionamento formal do CR, levar a todo o Partido aqui na região, tendo como eixo orientador o Informe e a Resolução do CC, o debate e o combate a todas essas manifestações. Chamamos, nesse sentido todos os camaradas e organismos do Partido da região a combater, em profundidade, todas essas manifestações, no terreno da política, da organização e da ideologia."

Da Conferência Regional do Partido em Alagoas

"Observando a exposição do referido camarada" (refere-se a T., e seu documento 'Em defesa da verdade')"e analisando-a cuidadosamente constatamos que o companheiro incorre em sérios e graves desvios de conduta marxista-leninista. Seu documento não convence nas críticas que formula ao CC. Eivado de análises subjetivistas(assim como o documento da Estrutura/1 de São Paulo), transparece claramente uma forte dosagem de personalismo. Acusa o CC de golpista. Tenta jogar com questões teóricas candentes jamais desprezadas pelo CC, tratadas quer em artigos d'"A Classe Operária", quer nas Resoluções da VII Conferência Nacional. O encaminhamento de seu raciocínio leva ao fracionismo e ao liquidacionismo, comprovado pelos seus últimos artigos em conhecido semanário nacional. O Partido Comunista do Brasil em nossa região, a bem da disciplina leninista e do centralismo democrático e da unidade e continuação do fortalecimento do Partido, através de sua justa tática, comprovada pela vida e pelos fatos, angariando a simpatia, influência, penetração e direção de cada vez maiores setores operários, populares e democráticos, coloca-se junto ao CC quando exige a imediata e total cessação das iniciativas tomadas pelo camarada T e da política anti-Partido, "neo-trotsquista" da E/1 do regional de São Paulo. Fazemos também unidade com o CC contra as posições assumidas pelos camaradas do CR da Bahia."

"O Comitê Regional de Alagoas condena as ações "paralelistas" de determinados companheiros de outros CRs,por considerar que estas ações se constituem em política fracionista. Defendemos firmemente a realização do Congresso do Partido, desde que observadas as normas preliminares de preparação e na objetivação da unidade e fortalecimento do PC do Brasil."

"Apoiamos o CC na adoção incontinente de medidas de punição aos companheiros que persistirem na política de desrespeito ao centralismo democrático e no "vazamento" de discussões internas não autorizadas a circular fora do âmbito partidário."

"Defendemos a unidade do Partido, em torno do marxismo-leninismo e do Comitê Central."

Comunicado do Comitê Regional do Maranhão

"Face ao informe do CC de nosso Partido sobre a luta interna que ora se desenvolve nas nossas fileiras, o Comitê Regional do Partido Comunista do Brasil/Maranhão, após discutir o assunto em reunião, vem de expressar unanimemente sua posição ao conjunto do Partido."

"Considera que a atuação de certos setores do Partido não se situa no campo de simples divergências, coisas normais e que refletem os diferentes pontos de vista sobre como solucionar os problemas do Partido e da revolução, mas sim de todo um corpo de idéias e concepções nocivas e estranhas ao proletariado e à sua vanguarda. Ao lado disso, desenvolve-se uma atividade que não respeita as normas partidárias de funcionamento visando atacar o Partido e em particular ao Comitê Central, o que se constitui numa atividade desagregadora e anti-Partido."

"Diante disso:

1º) Expressa firme e decidido apoio ao CC na luta contra as atividades desagregadoras e anti-Partido;

2º) Conclama a todos os militantes do Partido na região, a elevar a vigilância proletária-revolucionária contra toda e qualquer atividade desagregadora, venha de onde vier. Nesse sentido,

é necessário aprofundar o conhecimento dos documentos do Partido e em especial as resoluções da VII Conferência Nacional e ao mesmo tempo examinar a nossa atividade no sentido de eliminar as deficiências e idéias estranhas, a fim de manter o rumo revolucionário marxista-leninista;

3º) Convoca a todos os militantes para estudar e aplicar as orientações contidas no Informe do CC e em especial as que servem de premissas à realização do Congresso do Partido. A aplicação dessas orientações possibilitará um avanço do trabalho do Partido na região. Possibilitará o crescimento do quadro partidário, melhorará sua composição social, normalizará seu funcionamento, e nos dotará de uma melhor compreensão política;

4º) Chama a todos os militantes do Partido para que discutam o Informe no seu organismo. As discussões do Informe devem ser voltadas para resolver os problemas concretos que se apresentam na nossa atividade."

"VIVA A UNIDADE REVOLUCIONÁRIA PROLETÁRIA"

"VIVA O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL"

Maranhão – Relatório Elaborado por um Camarada da Região, Dirigido ao C.R., Que o Enviou ao C.C.

"O Informe do CC, de março último, traz-nos um relato pormenorizado da luta interna, das ações anti-Partido desenvolvidas, assim como das medidas estatutárias pertinentes adotadas."

"Ocorre que, após a divulgação do Informe, veio-nos às mãos, passados por camarada de uma das organizações do Partido na região, documentos internos do Comitê Regional da Bahia, assim como do Comitê Regional do Rio de Janeiro, enviados pelo primeiro. Além do que o CR da Bahia pediu, através do mesmo camarada, a sondagem das posições do CR do Maranhão a respeito do atual processo de luta interna."

"Ora, camaradas, particularmente nos documentos do CR da Bahia, elaborados após o Informe do CC e em resposta a ele, salienta-se todo um conteúdo anti-Partido, de desrespeito às normas de funcionamento partidário, de ataque ao CC. Além do que, na divulgação dos documentos e no pedido de sondagem aqui em nossa região, caracteriza-se uma atitude prática de entrar nas esferas de competência do CC, assim como uma interferência indébita em área de responsabilidade do CR do Maranhão, de maneira flagrantemente anti-estatutária, anti-Partido e fracionista. tudo isto depois da advertência do CC ao mesmo organismo regional da Bahia, exigindo que cessasse toda atividade anti-Partido."

"Diante de tais fatos julgamos, necessário que o CR se posicione imediatamente, e propomos:

1) A elaboração de informe escrito de tais ocorrências ao CC, sugerindo que avance nas medidas contra as atividades anti-Partido do CR da Bahia, tendo em vista a comprovada reincidência na infringência aos Estatutos;

2) Pedir ao CC que leve ao CR da Bahia o nosso protesto diante da interferência do dito regional em área de nossa competência;

3) Encaminhar ao conjunto do Partido, na região, um relato das ocorrências, resguardadas as normas de segurança, solicitando aos camaradas que nos informem de toda a atividade semelhante de que tomem conhecimento, e mostrando a necessidade de não darmos campo para tais práticas desagregadoras e fracionistas."

"PELO FORTALECIMENTO DO PARTIDO E SEU COMITÊ CENTRAL"

"CONTRA TODA ATIVIDADE DESAGREGADORA E ANTI-PARTIDO"

Do Camarada G., Membro de um Comitê do Partido na Bahia

"Em debates públicos aqui realizados, pessoas identificadas pelo movimento democrático como associadas ao Partido desfecharam uma série de ataques à linha política e ao próprio caráter do Partido."Faço autocrítica pública por ter defendido alianças com a burguesia"; "Não estamos no PT porque esse partido não tem assegurado o registro de candidatos"; "Não é marxista-leninista um partido que em época de refluxo faz luta armada e prega voto nulo", são algumas das opiniões expressas.Em folheto amplamente distribuído por uma dessas pessoas encontramos uma ruptura com o programa de 62, pois já não se trata de lutar por um governo popular revolucionário, como objetivo estratégico da atual etapa, mas sim pela "democracia operária" e popular, como forma inicial da ditadura do proletariado". A nossa estratégia é rotulada de "liberal-reformista", considera-se o PT como "proposta absolutamente inovadora"; ainda sobre o regime atual afirma-se que este perdeu a característica de regime militar e referindo-se ao Partido - "mas acontece" que o partido da classe operária durante esses quinze anos afastou-se dessa classe, abandonou os sindicatos e o movimento operário, passando a se concentrar no campo".

"O profundo mal-estar gerado por esses fatos no conjunto dos militantes e amigos do Partido tem sua razão de ser. Nunca concordamos com a tese maoísta de que o partido comunista deve abrigar várias linhas no seu seio."

"Mas seriam esses fatos problemas isolados? Equívocos de alguns camaradas? Não, trata-se do reflexo mais grave e recente de um processo em curso, desde o primeiro semestre de 79."

"Neste período desenvolveu-se aqui na Bahia, a pretexto de aprofundar questões políticas atuais, uma visão distorcida da trajetória do Partido no movimento comunista brasileiro e mundial, aliada a uma concepção liberal de Partido."

"Mas estas idéias não poderiam deixar de se desdobrar em ações práticas. Sem sombra de dúvida, na fase inicial as coisas aqui eram menos graves que as ocorridas em São Paulo, mas o nosso posicionamento deve se pautar em cima de princípios e não em cima de aparências, mesmo porque as práticas aqui desenvolvidas desde meados de 79 também são de suma gravidade. Listamos aqui alguns dos fatos por nós presenciados e acerca dos quais posso testemunhar:

1- Em junho de 79 fomos informados das discussões mantidas entre o Comitê Regional da Bahia e a Estrutura/1 de São Paulo. Além de críticas generalizadas, estas discussões resvalaram para ataques aos camaradas Arruda e José Duarte, este último taxado de aventureiro e Arruda de golpista, incapazes de lidar com segredos partidários. Expressamos nesta reunião nossa preocupação quanto ao caráter fracionista destes contatos. E solicitamos que na primeira oportunidade o camarada assistente do CC fosse informado.

2- Em viagem ao exterior, camaradas nossos foram orientados pela direção local para não entrarem em contato com o Comitê Central, augumentava-se que o CC espalharia aos quatro cantos a condição de militante desses camaradas de vida legal.

3- A recepção e a programação da estadia de Arruda aqui na Bahia foi executada por iniciativa de militantes à revelia da direção local. Durante toda sua estadia aqui a direção não se reuniu com Arruda. Passado o episódio, justificou-se dizendo que não sabia da vinda de Arruda.

4- Quando da decisão acerca de trabalharmos ou não com a TLO, a camarada do CR expressou por escrito opinião de que não deveríamos fazê-lo pois o jornal seria instrumento de divisão do Partido; na época esta opinião ficou

em minoria. Tempos depois em documento do CR consta "apoio crítico à TLO". Recentemente, determinado organismo deliberou por votação de maioria não trabalhar com o jornal pois isto os "queimaria". Há mais de dois meses os camaradas que trabalham com o jornal escreveram carta ao CR discordando da orientação e solicitando reunião para discussão. Até hoje não tiveram resposta.

5- O trabalho aqui na Bahia desde o início do ano é orientado por análise que contraria frontalmente as resoluções da VII Conferência. Apesar das discordâncias do camarada assistente do CC, esta análise, expressa no documento "A situação atual e nossas tarefas", é a linha básica do trabalho político na região até os dias de hoje.

6- Mais adiante, o CR decidiu entrar em contato com outros Estados para divulgar seus materiais.

7- Por votação de maioria, o Comitê Municipal de Salvador decidiu pela não comemoração do 25 de março, data de aniversário do Partido, rejeitando propostas de pixações apresentadas.

8- Já após a advertência feita pelo CC ao CR da Bahia acerca da atividade fracionista, é posto a circular aqui na Bahia dois documentos de fora do Estado atacando o Partido e a resolução do CC.

9- Após a presença aqui na Bahia de duas personalidades que alinham nos ataques ao Partido, mas que defendem com firmeza a tese da gestação de uma situação revolucionária, os camaradas dirigentes locais, que combatiam esta tese, abandonam de forma oportunista o ataque a esta tese."

"São fatos graves. Os camaradas desafiam o Partido e o CC na sua firmeza aos princípios do marxismo-leninismo e em particular na defesa da linha e dos Estatutos do Partido. Buscam o caminho da cisão."

Do Camarada Cláudio Santos, da Bahia

"Um grupo de pessoas encaminha na Bahia, dentro e fora do Partido, uma série de críticas ao PC do Brasil(...) Publicamente, pessoas de certa forma tidas como integrantes do Partido, levantam-se em coro não só para contestar pontos de vista partidários, mas para atacar abertamente a organização dos marxistas-leninistas do país. Chega-se mesmo a nomear para denegrir, em reuniões abertas, o nome do Partido e de seu principal dirigente. Internamente, circulam documentos de outras origens, à margem dos canais organizativos. Contatos fracionistas com outra região também são feitos, ferindo a legalidade partidária, do que tem plena consciência o próprio órgão infrator, o Comitê Regional, que em um dos seus documentos reconhece: "formalmente, essas conversas são irregulares" ("Avaliação do Nosso Desempenho"). Um outro escrito - "Resumo de conversa tida com NL", é igualmente distribuído dentro e fora do Partido, a despeito de ser uma contestação de ponta a ponta da linha estratégica e tática do Partido. Ante uma justa advertência do CC ao CR da Bahia, este, como se estivesse em um partido liberal-burguês, delibera "não aceitar a advertência" e se declara "em posição de não confiança na atual direção nacional" ("Pela Unidade...")."

"Contra essa tendência a desagregar o Partido na Bahia, diversos outros setores de dentro e de fora do Partido, protestaram. Nos debates públicos, vozes se alteiam em defesa das opiniões do Partido, de sua linha, de seus feitos. (...) Junto-me aos camaradas que se perfilam em defesa do Partido na Bahia. Com eles protesto contra a atividade desagregadora e fracionista em curso."

Do Comitê Estudantil do Partido na Bahia

"Camaradas, consideramos que aqui na Bahia está havendo intoleráveis práticas anti-partidárias, fatos que já denunciamos em dois documentos anteriores. Questões como:

a) posicionamentos públicos de ataque ao Partido;

b) circulação nas fileiras de documentos de fora da região, sem autorização do CC, como o documento do pretenso CR do Rio, formado por iniciativa de algumas poucas pessoas, recentemente, paralelo à legítima Comissão Regional de Reorganização já existente, com o objetivo, entre outros, de constar que mais um Estado defende a convocação de Congresso nos moldes anti-Partido já denunciados pelo Informe do CC. Este documento vem acompanhado de uma intervenção de um suposto membro do CC em uma reunião plenária, opinião minoritária que o Regional da Bahia assume a distribuição nas bases, informando que esta atitude tem a aquiescência do setor. Falta gravíssima que conclamamos o CC a tomar as devidas providências;

c) estabelecimento de contatos paralelos entre o CR e a E/1 de São Paulo, de forma anti-estatutária, sem a autorização do CC e com objetivos anti-partidários;

d) o desenvolvimento nas fileiras de colocações políticas e ideológicas com o objetivo de minar a confiança dos militantes no CC, na linha do Partido e na tática política geral;

e) a quebra total das normas leninistas de funcionamento partidário, tais como a disciplina, o centralismo-democrático, a compartimentação das organizações de base, etc."

"Solicitamos, do CC, que tome medidas imediatas, com vistas a pôr um fim a estas práticas, que cesse as especulações sobre problemas de segurança, para que o conjunto do Partido volte a agir dentro do respeito efetivo do centralismo-democrático."

"Diante disto, o Comitê Estudantil deliberou por unanimidade:

1- Apoiar a advertência ao CR da Bahia feita pela reunião do pleno do CC;

2- Reafirmar posicionamento anterior de não confiança no CR da Bahia;

3- Solicitar ao CC a tomada das medidas estatutárias necessárias;

4- Conclamar todos os camaradas do setor estudantil a ficarem alertas contra a política anti-Partido do CR da Bahia;

5- Barrar as tentativas de quebra de segurança nas estruturas partidárias, que estão se esboçando em algumas áreas;

6- Aplicar decididamente as orientações do CC, particularmente a última resolução do pleno sobre "A nossa tática política geral" para a atual conjuntura do país."

De Uma Base do Partido em Salvador

"Pertencemos a um Organismo de Base do PC do Brasil, e como tal, nos sentimos na obrigação de zelar pela unidade ideológica, política e orgânica, observar a disciplina e as normas de segurança e manter a vigilância revolucionária em nossas fileiras."

"Desrespeitando esta orientação e a advertência (do CC em março), o CR fez um documento em resposta ao INFORME reafirmando o comportamento anterior e lançando sua posição de desconfiança ao CC."

"Além dessas questões, condenamos a postura que determinados camaradas vêm assumindo diante da Proposta Táti-

ca do Partido. Discordando dela, os camaradas passam a combater a proposta não apenas no plano interno, mas também no plano de massa, como ficou bastante explicitado no Debate promovido pela TLO, no qual estávamos presentes, e reafirmamos a justeza do documento encaminhado pelo camarada G. Estas e outras questões, como a distribuição de documentos de outros Regionais em nossas fileiras, são alimentadas pelo Regional da Bahia."

"Tomando por base estas observações, compreendemos que esta situação do Partido em nossa região não pode perdurar. Por isto solicitamos que o CC tome as medidas cabíveis no sentido de corrigir as irregularidades, que reafirme a correta orientação para o tratamento das divergências e que determine uma Direção firme para o nosso Regional."

Da C.I./U.C. da Bahia

"Neste momento, aproveitamos para fazer severas críticas ao CR da Bahia, ao mesmo tempo em que conclamamos os senhores membros deste organismo a retificarem a sua conduta, que os leva a um caminho sem retorno, ao lodaçal do oportunismo."

"Neste sentido, consideramos que os companheiros do CR da Bahia têm agido de forma incorreta e criminosa, ao distribuírem materiais fracionistas de outros CRs e intervenções minoritárias no CC em nossa região, o que vai de encontro às normas de submissão da minoria à maioria e só vem trazer confusão e desorientação em nossas fileiras. Exigimos imediata suspensão da distribuição desses materiais, ao mesmo tempo em que nos negamos a distribuí-los."

"Ao mesmo tempo, conclamamos o CR da Bahia a cessar de imediato os ataques ao CC, tendo em vista que suas críticas não servem para fazer o mesmo avançar, mas constituem pura e simplesmente uma campanha de desgaste e desmoralização do mesmo; ao mesmo tempo em que conclamamos o CR a parar com essa campanha, perguntamos: Qual a concepção que vocês têm de Partido? Certamente, não é a leninista!"

"Também conclamamos o CR Bahia a retificar sua postura atual frente à conjuntura. Achamos que o nosso Partido só tem uma linha e um centro dirigente, e vocês têm arremetido contra isso. Achamos que a análise do CR da Bahia é em essência oportunista, ora pendendo para o direitismo, ora pendendo para o esquerdismo, posições que só levam a desorientar e desarmar o movimento de massas. Conclamamos-lhes a assumirem as orientações táticas do CC e cessarem os ataques públicos à nossa linha política e inclusive a fazerem auto-crítica pública desta postura incorreta."

Da Organização de Base Xambioá do Partido em Salvador

"Nesse momento em que o Partido trava intensa luta ideológica contra o oportunismo que busca desmoralizá-lo, compreendemos ser de grande importância o posicionamento das bases em sua defesa. Desta forma, atendemos ao caloroso chamamento do CC e repudiamos veementemente todas as atividades desagregadoras e anti-partidárias levadas a cabo pelo CR da Bahia, Estrutura/1 de São Paulo ou quaisquer outros setores que a manifestem. Ao mesmo tempo, nos solidarizamos com o Comitê Estudantil pela sua postura firme e combativa em defesa do Partido."

"É liquidacionismo propor que o Partido se finja de morto; é tentativa de desagregação propagandear posições minoritárias de órgãos dirigentes às ba-

ses; fere o centralismo-democrático e a disciplina do Partido o não acatamento das diretrizes partidárias. O CR da Bahia não aplica as decisões da VII Conferência, distribui intervenção de membro divergente do CC na região, bem como documento da E/1 de ataque ao Partido; não acata as decisões do CC e continua uma campanha com vistas a desacreditá-lo, a desmoralizá-lo junto às fileiras partidárias."

"O nosso Partido já passou por muitas provas, entre as quais a sobrevivência ante o Estado Novo e a ditadura militar fascista, sem abandonar a bandeira da revolução proletária. A firmeza no combate aos revisionistas de Prestes e ao maoísmo são exemplos práticos da nossa capacidade revolucionária. Estamos certos de que a vanguarda da classe operária sairá fortalecida desse processo."

Do Organismo Diógenes Arruda/2, Bahia

"Consideramos que enfrentamos realmente elementos que procuram formar uma fração de combate ao PC do Brasil, com concepções e atitudes incompatíveis com um partido marxista-leninista. Esses elementos têm sido, especialmente em nosso Estado, um "peso" na vida partidária, à medida que estão localizados em postos da mais alta importância e que deles se utilizam para combater a organização de vanguarda do proletariado."

"O nosso organismo decidiu encaminhar à direção do Partico Comunista do Brasil a sugestão de imediata destituição de todos os elementos referidos e que, nos casos mais graves de desrespeito aos nossos Estatutos, sejam estudadas medidas mais enérgicas."

Da Organização Geral Estudantil do Interior, Bahia

"Há alguns dias tomamos conhecimento de que o CR da Bahia está fazendo circular nas fileiras do Partido na região dois documentos: um do CR do Rio de Janeiro e outro de um membro do CC; ambos falando sobre aspectos da situação interna do Partido, sendo o segundo, inclusive, a intervenção do seu autor no pleno do CC em que foi aprovado o Informe de março. Ficamos sabendo ainda que a circulação destes dois documentos não se faz sob a orientação do CC, muito pelo contrário."

"Neste sentido, achamos que a ação de distribuir os dois documentos é uma ação anti-partidária, uma vez que desconhece a direção central do Partido, criando grupo paralelo de condução do debate. O CR não tem o direito de distribuir documentos produzidos por outros regionais ou mesmo por membro do CC desde que estes documentos se constituam como documentos anti-Partido, pelo seu conteúdo, documentos da minoria em flagrante desrespeito às posições da maioria. A atitude em si já é anti-partidária, já que cabe ao CC decidir sobre o momento e a forma como estes documentos devem ser discutidos. Como membros do PC do B., temos a obrigação de pôr em prática as deliberações da direção do Partido e de cumprirmos com todo o rigor possível os nossos Estatutos, e, portanto, não concordamos com a circulação de tais documentos em nossas fileiras."

Da Organização de Base R. do Partido em Salvador(Ba)

"Já há algum tempo presenciamos aqui na Bahia, dentro do nosso Partido, comportamentos que visam explicitamente levá-lo à divisão, e, portanto, destruí-lo."

"Os ataques têm sido centrados na direção nacional do Partido, diariamente taxada de centralizadora, dogmática, sectária, etc. O pior é que a coisa não se limita a tais ataques, levando ao debate tais questões, mas, é que o CR da Bahia não encaminha as deliberações do Partido no Estado, em claro desrespeito ao princípio básico de organização de qualquer Partido marxista-leninista, o centralismo-democrático. Para completar o quadro, camaradas, esses ataques não são efetuados apenas no plano interno, mas também em público."

"Diante de toda esta situação, o saldo que temos aqui na Bahia é a não aplicação de deliberações extremamente importantes da VII Conferência, como o aparecimento do Partido com sua fisionomia própria, a tática do Partido, etc. (...) Em debates públicos são constantes os ataques ao Partido e à sua direção. Não são poucas as afirmações de que não existe um Partido marxista-leninista no país. Não são poucos os ataques públicos à "concepção que gerou o Araguaia", não são poucas as taxações de "reformista" à nossa tática."

"Os comportamentos anti-partidários aqui na Bahia já chegaram ao limite do insuportável. Já não existe a centralização necessária do Partido no Estado, já não se aplica a nossa tática, a não ser pelo Comitê Estudantil e por outros organismos e camaradas que não têm aceitado as atitudes fracionistas dentro do nosso Partido. Achamos que o Partido está impossibilitado de cumprir o seu papel de vanguarda do proletariado aqui na Bahia com a direção regional que tem. Portanto achamos que a atual deve ser dissolvida."

"Temos notado ainda comportamentos idênticos aos do CR da Bahia em duas pessoas que fazem parte do CC; são eles Marcos e Marcelo. Estes comportamentos ficaram explícitos muito bem no debate sobre a conjuntura brasileira na SBPC e em debates com Marcos aqui na Bahia, onde abertamente o Partido foi atacado.

Achamos também ser impossível conviver com tais elementos na direção nacional do nosso Partido, bem como em nossas fileiras."

De Uma Carta do Camarada C. (da Bahia) ao Comitê Central

"A passagem de Marcos pela Bahia foi um momento de intensos ataques ao Partido, em grande parte desferidos por ele mesmo."

"Em debate público, ele apresentou uma "nova" proposta para a revolução brasileira, rompendo com o programa de 62. Afirmou que a formação do "Partido dos Trabalhadores" era uma proposta absolutamente inovadora de organização da classe operária, olvidando e omitindo os 58 anos de história do Partido Comunista do Brasil, o Partido da classe operária."

"Antecedeu esse debate uma conversa entre Marcos e algumas pessoas, que em diversas oportunidades vêm atacando o Partido. Desta conversa foi feito um resumo, que foi amplamente reproduzido e distribuído, dentro do Partido e no movimento de massas, por pessoas que são identificadas como ligadas ao Partido."

"Este resumo traz, concentrado, o conteúdo das opiniões emitidas por Marcos na Bahia, e é a expressão clara da essência dos ataques ao Partido, pelo seu caráter intelectualista, e-

clético e oportunista."

"É importante assinalar, como o faz o camarada Cláudio Santos, que após a passagem de Marcos na Bahia, os ataques ao Partido mudaram de feição, passando de uma crítica de direita... ("não-gestação de uma situação revolucionária", "triunfalismo","ufanismo") a uma crítica sob uma ótica pretensamente de esquerda, que admite a gestação de situação revolucionária mas apenas para fazer novas barragens de críticas ao Partido, que primeiro formulou e manteve sozinho esta análise, até então."

"Fica claro a incompatibilidade das formulações desse "Resumo" com as verdadeiras posições revolucionárias do PC do Brasil."

De Um Camarada do Rio de Janeiro

"De algum tempo para cá, no Rio de Janeiro vem ocorrendo todo tipo de boatos, reuniões com militantes do Partido de outros Estados. Aos poucos, compreendemos o seu verdadeiro objetivo: criar um clima de desconfiança em relação à direção do Partido; atacar em bloco sua linha política; desautorizar a aplicação da orientação partidária. No início, estes militantes (que são poucos) chegaram a posar de repassadores da linha oficial do Partido. Assim foi no caso da proposta do partido "popular" encaminhada no Rio por "T" e mais um membro da E/1 de São Paulo. Depois a proposta da entrada de cerca de 50% dos militantes na TP e o resto no PT, este sendo o desaguadouro principal. Posteriormente, circulou no Rio a carta "Em Defesa da Verdade", de "T", divulgada por ele e outros militantes e logo depois os documentos da E/1 de São Paulo e do CR da Bahia."

"Reuniões foram feitas, quase sempre com militantes de organismos diferentes, com Paulo, que se dizia membro do "Comitê Regional", organismo desconhecido na região. Paralelamente a estes contatos liberais e ilegais, que põem em risco toda a nossa atividade, ocorreu uma grave violação da disciplina na área do trabalho estudantil."

"Não demorou muito e nos surpreendemos mais uma vez com a atitude do dito CR, que em todo o Brasil sabe-se inexistir, ao descer para o coletivo um documento de combate ao Partido e à sua direção, conclamando a necessidade de se "virar uma página" na história do Partido e afirmando que a unidade não se dava em torno do CC."

"Objetivamente, se tentou no Rio de Janeiro um golpe com articulações em outros Estados de caráter liquidacionista, que o Informe de março do CC se encarregou de desmascarar e elucidar tais atos."

"Lembramos que tais atitudes prosseguem mesmo depois da saída do Informe de março do CC. Nos colocamos hoje e sempre em defesa do Partido, contra os ataques dos inimigos externos e internos, e por entender que tais atitudes partem daqueles que afirmavam ver no CC um grupo "Conservador" e que "fevereiro de 1962 não representou diferença em relação ao que era o PCB". Por isso, redobramos a vigilância revolucionária."

OUÇA DIARIAMENTE A RÁDIO TIRANA

Das 7:00 às 7:30 horas - Ondas de 25 e 31 metros
Das 20:00 às 21:00 horas - Ondas de 31 e 42 metros
Das 22:00 às 23:00 horas - Ondas de 31 e 42 metros
Das 23:00 às 23:30 horas - Ondas de 31 metros

Continuação da página 8

Resolução do CC sobre a atividade fracionista da Estrutura /1 de São Paulo

O Comitê Central decidiu, em conseqüência, reorganizar a direção do Comitê da E/1 de São Paulo, indicando um membro do Comitê Central para, juntamente com camaradas do Partido pertencentes à E/1, recompor a referida direção. A reorganização desse Comitê deve conduzir à unificação das duas Estruturas do Partido existentes em São Paulo, conforme resolução adotada na VII Conferência Nacional do PC do Brasil.

O Comitê Central chama a todos os militantes fiéis ao Partido na E/1 de São Paulo a se reestruturarem sob a direção do Comitê Regional reorganizado, tendo em vista fortalecer a unidade política, ideológica e orgânica do Partido. Este chamamento se dirige também aos militantes que defenderam opiniões equivocadas, mas que se dispõem a rever autocriticamente tais opiniões. Os militantes que persistirem nas práticas fracionistas, antiestatutárias, e não se submeterem à direção do Comitê Regional reorganizado, se colocam à margem do Partido e sofrerão as sanções previstas nos Estatutos.

Agosto de 1980

O Comitê Central do PC do Brasil